

LEIRI APARECIDA RATTI

PLANO DE AÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

**SENSIBILIDADE NA AÇÃO PEDAGÓGICA: EDUCAR PARA UM
FUTURO MELHOR**

2017

1. IDENTIFICAÇÃO DA DIRETORA:

1.1. NOME: Leiri Aparecida Ratti

1.2. FORMAÇÃO (graduação e pós- graduação): Graduada em Letras Português/Inglês (Unoesc - Joaçaba), Especialização em Administração, orientação e supervisão escolar (ACE- Joinville), Especialização em Mídias na Educação(FURG Rio Grande - RS).

1.3. ENDEREÇO RESIDENCIAL: Rua João Pessoa, 694, Apto. 405. América Joinville-SC

1.4. TELEFONE: 49 99984-1732 47 99911-6336

1.5. EMAIL: leiri.r@gmail.com

2. IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA

2.1. NOME: Escola de Educação Básica Professora Maria Amin Ghanem

2.2. MUNICÍPIO: Joinville-SC CEP: 89.225-652

2.3. ENDEREÇO: Rua Adolar Pohl, 318. Bairro Cohab Aventureiro

2.4. NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO OFERTADOS:

Educação Básica:

- Ensino Fundamental anos iniciais
- Ensino Fundamental anos finais
- Ensino Médio

2.5. QUANTIDADE DE TURMAS POR ETAPAS E MODALIDADES DE EDUCAÇÃO E TURNO:

Ensino Fundamental, anos iniciais: turmas no período matutino

1º ano	2º ano	3ºano	4º ano	5º ano
1	1	1	1	1

Ensino Fundamental, anos iniciais: turmas no período vespertino

1º ano	2º ano	3ºano	4º ano	5º ano
2	2	1	1	2

Ensino Fundamental, anos finais: turmas no período matutino

6º ano	7º ano	8ºano	9º ano
1	1	1	1

Ensino Fundamental, anos finais: turmas no período vespertino

6º ano	7º ano	8ºano	9º ano
2	1	2	2

Ensino Médio: turmas no período matutino

1º ano	2º ano	3º ano
4	2	2

Ensino Médio: turmas no período vespertino

1º ano	2º ano	3º ano
1	-	-

Ensino Médio: turmas no período noturno

1º ano	2º ano	3º ano
1	1	2

2.6. QUANTIDADE DE PROFESSORES EM EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA (EFETIVOS E TEMPORÁRIOS):

Efetivos : 28

Admitidos em Caráter Temporário: 24

Assistente de Educação: 1

Administrador Escolar: 1

Assistente Técnico Pedagógico: 1

Gestor: 1

Assessores de Direção: 2

2.7. QUANTIDADE DE PROFESSORES EM OUTRAS ATIVIDADES NA ESCOLA:

Professora readaptada: 1 (trabalha na secretaria da escola)

2.8. QUANTIDADE DE SERVIDORES: 60

SENSIBILIDADE NA AÇÃO PEDAGÓGICA: EDUCAR PARA UM FUTURO MELHOR

3. REFERENCIAL TEÓRICO

A dívida educacional do estado para com a sociedade brasileira é de mais de uma década, conforme Ferraro (2008, p. 274), em seu artigo “Direito à educação no Brasil e dívida educacional: e se o povo cobrasse?”:

Utilizando como parâmetro a informação censitária sobre o número de anos de estudo concluídos com aprovação levantados no Censo 2000, estima-se que, nesse ano o Estado brasileiro devia, aos 119,6 milhões de pessoas de 15 anos ou mais, a astronômica cifra de 325,5 milhões de anos de estudo não realizados em idade própria- uma média de quase três anos por pessoa.

A educação pública é a oportunidade de oferecer à sociedade educação de qualidade, visando garantir o direito à liberdade de escolha, ao crescimento, à cidadania, ao desenvolvimento pessoal e intelectual.

A garantia do direito à educação está registrada em documentos nacionais e internacionais, que norteiam as ações e compromissos com a Educação, conforme Cury (2002, p 02) o direito à educação está fundamentado em documentos nacionais e internacionais que o garantem. E, não são poucos os documentos de caráter internacional, assinados por países da Organização das Nações Unidas que reconhecem e garantem esse acesso a seus cidadãos. Tal é o caso do art. XXVI da Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948. Do mesmo assunto ocupam-se a Convenção Relativa à Luta contra a Discriminação no Campo do Ensino, de 1960, e o art. 13 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966.

A educação possui legislação específica nos âmbitos federal, estadual e municipal: a Constituição Federal do Brasil de 1988, Ensino Fundamental de nove anos – Lei 11274/2006, Proposta Curricular de Santa Catarina -2014, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, (1990). Destaque para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394, de 20 de novembro de 1996, de âmbito federal, especialmente seu Capítulo III, Dos princípios e Fins da Educação Nacional, Art. 2º, o qual determina que a educação é:

[...] dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana”, tendo “por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996).

O direito à educação escolar jamais perderá sua atualidade. Cabe-nos garantir esse direito, priorizar a construção do conhecimento com sentimento de pertencimento, sensibilidade. O professor deve tornar seu saber pedagógico um instrumento de mudanças na escola, na vida da criança e do adolescente, das famílias, de toda comunidade escolar. Uma ferramenta de ação consciente gerando comportamentos e ações na construção de uma sociedade melhor. Assim sendo, a escola estará voltada para a formação integral., valorizando o desenvolvimento afetivo, social, além do cognitivo como elementos fundamentais no desenvolvimento como um todo.

A educação e toda a sociedade enfrentam grandes e novos desafios. Com as mudanças e transformações tão imediatas que parecem chegar à velocidade da luz, é imprescindível agirmos visando formação do cidadão, especialmente em prol dos menos favorecidos. Neste sentido este plano gestor, baseado na legislação vigente, objetiva tornar a construção do conhecimento um momento de avanços na formação da cidadania, no conhecimento científico e na afetividade.

A relação afetiva professor/aluno resulta na eficiência no que diz respeito ao preparo do educando para a vida. O bom relacionamento gera desenvolvimento no processo ensino-aprendizagem intelectual. A interação e a afetividade deixam marcas positivas na construção do sujeito, o que nos permite superar as deficiências encontradas e resignificar o papel professor/mediador, no sentido de apropriar-se de um fazer e de um saber fazer adequados ao momento que vive a escola atual, para resultar no sucesso da ação pedagógica.

Segundo Cury (2000 p. 3) adverte, o caminho que leva à construção desta sociedade implica um processo gigantesco de educação, e não apenas a educação entendida no sentido da transmissão do conhecimento mas no sentido da formação da cidadania.”

A condição de sensibilizar através do respeito a cada ser valorizando suas raízes e seu meio constitui foco da ação educativa, em que os diferentes e as diferenças são respeitados e valorizados ao promover a ampliação do autoconhecimento e a superação de dificuldades, que, antes de serem atribuídas ao outro, devem ser analisadas na perspectiva do próprio sujeito.

Qual o papel da afetividade, da sensibilidade nas práticas pedagógicas desenvolvidas por professores em sala de aula?

Reconfigurar a educação. Sensibilizar é criar a consciência e sentido para o ensino e a aprendizagem, importantes na formação integral do sujeito para a sociedade.

Conforme a Proposta Curricular de Santa Catarina,

Esse sujeito tem o direito a uma formação que tome como parâmetro todas as dimensões que constituem o humano. Uma formação que reconheça e ensine a reconhecer o direito a diferença, a diversidade cultural e identitária; que contemple as dimensões ética, estética, política, espiritual, socioambiental, técnica e profissional. (SANTA CATARINA,1998, p 27).

Nessa perspectiva, cabe destacar o que diz a Proposta Curricular (1998) sobre a importância do trabalho docente,

É fundamental que as práticas pedagógicas a serem levadas a efeito nas escolas considerem a importância do desenvolvimento de todas as potencialidades humanas, sejam elas físicas/motoras, emocionais/afetivas, artísticas, linguísticas, expressivo-sociais, cognitivas, dentre outras (SANTA CATARINA,1998, p 31).

Conforme Leite, 2017,

Tendo como suporte as ideias de Vygotsky e Wallon, assume-se, como pressuposto, que as relações que se estabelecem entre o sujeito, o objeto de conhecimento e o agente mediador também são profundamente marcadas pela dimensão afetiva, uma vez que produzem impactos subjetivos no sujeito.

Daí a importância de se identificar e analisar em conjunto com os professores suas práticas pedagógicas planejadas e desenvolvidas e o impacto afetivo que causam nas relações entre o educando e os conteúdos escolares.

Segundo Leite (2017), “Wallon desenvolveu uma teoria sobre o processo de desenvolvimento humano centrado no processo de relação entre quatro grandes núcleos funcionais e determinantes do processo: a afetividade, a cognição, o movimento e a pessoa”.

A sensibilização faz parte da formação integral. Nessa perspectiva, a sensibilidade é eixo da sustentabilidade na aprendizagem, fundamental na integração professor aluno.

4. OBJETIVO GERAL

Efetivar a educação transformadora da sociedade requer desenvolver a sensibilidade para integrar escola, família e comunidade, oportunizando perceber novas oportunidades de crescimento. Para tanto se pretende promover a valorização dos conhecimentos, da participação familiar e, conseqüentemente, a educação integral dos alunos.

5. DIAGNÓSTICO DA ESCOLA

A Escola de Educação Básica Professora Maria Amin Ghanem, iniciou suas atividades em 1986, numa área construída de 10.876,82 m². Autorizada a funcionar pelas Portarias E 218/86, 230/86 e Decreto nº 267 de 08 de maio de 2001. A escola atende, hoje, mais de 900 alunos.

5.1 Dimensão socioeconômica

Conforme pesquisa com aproximadamente 427 famílias (em média 1.500 pessoas) verificou-se:

- Das famílias entrevistadas 59% residem em casa própria, 34% em residência alugada e 6% em residência cedida.
- Na composição de números de moradores na residência, ficou evidenciado que 39% residem em 04 pessoas, 28% em mais de 05 pessoas, 25,9% residem em três pessoas e 6,6% residem em duas pessoas.
- Destas famílias 58% moram com pai e mãe, 25% com a mãe, 2,2% com o pai, 3,1% com avós e 10% com outros (algum vínculo com o estudante)
- A remuneração mensal das famílias é 53% de 01 a 02 salários mínimos, 36% de 03 a 04 salários mínimos e 10% que recebem valores maiores a 05 salários mínimos. Renda familiar, em média de 2,5 salários mínimos.
- Constatou-se que a profissão exercida pelos pais ou responsáveis representa 48% na área do comércio, 23% na área da indústria, 15% nas atividades do lar, 5,9% na área da educação, 3,9% na área da saúde e 2,6% na área da segurança.
- Do total de 754 pais ou responsáveis que responderam sua escolaridade percebemos que 9,7% possuem o ensino fundamental incompleto, 12,6% possuem o Ensino Fundamental Completo, 6,8% possuem o Ensino Médio Incompleto, 48% possuem o Ensino Médio Completo, 3,1% possuem Ensino Superior Incompleto e 8,8% possuem o Ensino Superior Completo, 1,8% possuem Pós-Graduação e 1% Mestrado.
- Na pesquisa realizada constatou-se que 92,7% são provenientes de famílias brancas, 2,5% das famílias atendidas são negros, 4,8% são pardos.
- Poucas famílias participam de outras instituições.

5.2 Dimensão Pedagógica

- Processo de ensino-aprendizagem:

Utiliza o princípio de uma construção histórica do conhecimento a ser desenvolvida pelo próprio indivíduo, sendo respeitada sua história, o contexto social em que está inserido, o tempo, suas limitações e habilidades de cada educando.

O ser humano entende-se como social e histórico. Sendo, no âmbito teórico “resultado de um processo histórico, conduzido pelo próprio homem.” (SANTA CATARINA, 1998, p. 15)

Embora na prática, mesmo com a diversidade de professores temporários, buscase montar e manter um procedimento de ensino aprendizagem característico para a escola, pautado na igualdade de condições de acesso ao ensino, garantido-se o cumprimento da legislação vigente: gratuidade e obrigatoriedade da educação básica.

- Conteúdos curriculares e sua adequação à Proposta Curricular de SC e Documento de “Orientação curricular com foco no que ensinar: Conceitos e conteúdos para a Educação Básica (Documento Preliminar)”, de setembro de 2011: obedecem a Proposta Curricular de Santa Catarina, as diretrizes curriculares de cada disciplina, as constantes alterações e adequações devido as informações advindas da Gerência de Educação – 23 GERED e SED – Secretaria Estadual de Educação, e o Projeto Político Pedagógico da Escola.

-Metodologia de ensino. No início de cada ano letivo, os professores realizam o planejamento conjunto, por disciplina, para elaboração do plano de curso anua planejamento anual é entregue à coordenação pedagógica que, juntamente com a direção verifica se o documento está em conformidade com a diretriz curricular de cada disciplina e acompanha o cumprimento do planejamento durante todo o ano letivo.

No que diz respeito à metodologia, cada professor tem liberdade para exercer a sua, de acordo com o que imagina ser o mais correto em sua visão didática, adequando sua prática às particularidades de cada turma ou educando, visando êxito na construção do conhecimento.

Essa metodologia, adotada durante o ano letivo, está minuciosamente descrita no plano de aula para que possa aplicar o planejado e avaliar os resultados com base na prática diária.

- Avaliação da aprendizagem. A avaliação acontece de maneira contínua e ainda com a aplicação de instrumentos avaliativos: avaliação escrita, avaliação oral, trabalhos de pesquisa, seminários, debates, atividades registradas no caderno, apresentações em grupo, teatro, contação de histórias, elaboração de maquetes, entre outros. Não existe aspecto único de procedimento avaliativo. O professor é quem realiza esta abordagem. As avaliações acontecem de forma contínua. E, em caso de o educando não lograr êxito, o professor, faz uso de nova metodologia e avalia novamente. Ainda assim, os resultados são observados de forma genérica, fica complicado realizar afirmações pontuais, apenas indutivas sobre os problemas/reais dificuldades de aprendizagem de cada educando. A avaliação está em constante processo de estudo e discussão.

Com relação aos registros das avaliações de aprendizagem, para os educandos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, se dá de forma descritiva. Para os educandos dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio acontece através de registro numérico no sistema. Os registros são verificados e discutidos bimestralmente em conselho de classe, obedecendo a legislação vigente.

-Relação professor/estudante: No que diz respeito ao ensino fundamental, anos iniciais, não há grandes problemas. As situações em que se observa falha no acompanhamento da aprendizagem por parte dos responsáveis ou aprendizagem aquém do esperado, são primeiramente mediadas pelo professor e, se necessário, a coordenação pedagógica convoca os responsáveis, elabora plano/rotina de acompanhamento das atividades, sendo registrado em livro ata o acordo firmado. Os conflitos surgem com os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, e também são adotados os mesmos procedimentos. Com o objetivo de reduzir os conflitos foi adotado o Conselho de Classe participativo, onde educandos participam do conselho de classe da sua turma e têm espaço para se manifestar.

-Reuniões pedagógicas, cursos, seminários. Acontecem conforme calendário estabelecido pela SED, ou ainda, a participação dos profissionais em eventos externos acontecem de acordo com o interesse do profissional e sua disponibilidade. É um problema legal.

-Projetos pedagógicos. Devido à interdição da escola que retornou suas atividades no local de origem há dois anos apenas, há muita dificuldade em planejar e realizar projetos pedagógicos.

Estágio não obrigatório: visa oportunizar ao educando a experiência. À coordenação pedagógica cabe o acompanhamento das atividades para que se cumpra o objetivo pedagógico do estágio conforme legislação vigente, Lei 11788 de 25 de setembro de 2008.

Programa PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas): programa que conta com a parceria da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina. São ministradas palestras aos alunos dos anos iniciais como prevenção às drogas;

Projeto Jovens Cozinheiros: projeto em parceria com a UNIVILLE, oportuniza aos educandos, exclusivamente do Ensino Médio, participar de aulas na universidade, nos laboratórios do curso de Gastronomia. As aulas do projeto objetivam levar aos educandos conhecimentos sobre o curso, com a prática no manuseio e preparo de alimentos, noções de higiene com alimentação e instrução para elaboração de currículo profissional. Além disso, os educandos interessados têm seus encaminhados para o sindicato do comércio de alimentos e gastronomia de Joinville.

-Matrícula. Sob a responsabilidade da secretaria escolar, segue orientações da SED de data e formulário e efetiva-se mediante apresentação e entrega de documentação e preenchimento de documento próprio, conforme disposto no caderno de orientações: organização e funcionamento das unidades escolares de educação básica e profissional da rede pública estadual.

No ato da matrícula os pais ou responsáveis recebem lista de materiais e agenda do início do ano letivo. Além disso, são orientados referente aos serviços disponibilizados na instituição escolar e acompanhamento do desempenho escolar do seu filho diretamente com professor, e em especial os registros de atividades e rendimento no endereço eletrônico www.estudanteonline.sed.sc.gov.br/

Aos alunos já matriculados fica garantida a matrícula para o próximo período automaticamente.

- Rendimento: Aprovação, reprovação e abandono: Durante todo o ano letivo professores e equipe pedagógica não medem esforços para que os educandos logrem êxito. A reprovação só acontece quando esgotados todos os recursos. Os casos em que

se verifica excesso de faltas, é realizado contato com responsáveis a fim de justificar. Em caso de não se obter resposta, procede-se o preenchimento do formulário APOIA e encaminhado ao conselho tutelar para que sejam adotadas as providências necessárias. Falta estabelecer e adotar uma política de reduzir a Zero o abandono, evitar reprovação a todo custo e manter a aprovação no máximo possível.

- Desempenho acadêmico dos estudantes em avaliações externas (SAEB, Prova Brasil, IDEB, ENEM, olimpíadas nacionais): Conforme os dados disponíveis o desempenho é considerado satisfatório. Porém, a escola não possui este acompanhamento por política. Este acompanhamento é realizado pelo SAE e ainda assim com algumas restrições, pois as informações coletadas são as que estão disponíveis ao público.

- Acompanhamento das atividades de aprendizagem dos estudantes pelos pais: Realizada através dos boletins a cada período de 45 a 50 dias, ou, em especial nos anos iniciais do ensino fundamental, os pais são convocados a comparecer para que tomem ciência das dificuldades de aprendizagem dos filhos e então percebam a necessidade de revisar e acompanhar diariamente a realização de atividades propostas pelo professor para que o educando logre êxito. Em alguns casos especiais, é solicitado aos responsáveis avaliação com profissional da saúde para que diagnostique especificidades e emita laudo para que na instituição de ensino sejam tomadas as providências legais.

- Educação Especial: regulamentada pela Resolução Nº. 112/2006 do Conselho Estadual de Educação, a política de Educação Especial regulamenta o atendimento de educandos por profissional especializado: Segundo Professor de Turma, Segundo Professor de Turma Bilíngue, Professor Intérprete da Língua de Sinais - Libras e o Instrutor da Língua de Sinais - Libras e Serviços de Atendimento Educacional Especializado/AEE. Conforme orientações da SED e obedecendo as leis vigentes é solicitado aos pais ou responsáveis, no ato da matrícula ou durante o ano letivo quando se fizer necessário, documentos comprobatórios da deficiência do educando, ou laudo com profissional especializado - neurologista, psiquiatra, psicólogo, oftalmologista, otorrinolaringologista, entre outros. De posse do documento emitido por profissional da saúde especializado, junta-se os demais documentos – relatório pedagógico, cadastro e enturmação, questionário complementar, ofício_ estando desta forma composto o

processo de solicitação de atendimento de 2º professor e atendimento especializado extraclasse – AEE, que será encaminhado à Gerencia de Educação que, após análise e aprovação, encaminha à Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE. O acompanhamento do atendimento ao educando especial é contínuo, mediante registros específicos e relatório de aprendizagem bimestral.

Dimensão administrativa

O quadro de profissionais da instituição de ensino é composto por: 01 diretor, 02 assessores de direção, 01 assistente técnico-pedagógico, 01 administrador escolar, 01 assistente de educação. O corpo docente é formado por 30 professores efetivos, 30 professores admitidos em caráter temporário - ACT, 10 segundos professores, 01 professora readaptada que trabalha na secretaria.

- Formação acadêmica e profissional do corpo docente e diretivo: dos 60 profissionais da instituição de ensino, 3 são mestres, 52 são especialistas licenciados e 5 não possuem habilitação profissional. Por força das condições de trabalho todos buscam atualizações com objetivo também de melhorar a questão econômica.

- Condições de trabalho, inclusive o plano de valorização dos profissionais da educação: No que diz respeito às condições físicas, embora a escola tenha passado por reforma, ainda estão sendo aguardadas melhorias. Quanto às condições de trabalho, faltam profissionais na unidade escolar para que o trabalho possa ser realizado em tempo e de acordo com o que exige a atividade. Sobre o plano de valorização dos profissionais de educação há sempre a expectativa de melhora. São oferecidos capacitações em cursos promovidos pela Secretaria da Educação, pela Gerência Regional. Em ventos promovidos pelas universidades locais também são compartilhados com o grupo.

- Forma de atendimento dos estudantes, pais e professores. O atendimento à comunidade escolar é realizado pela assistente de educação e pela professora readaptada. Quanto ao atendimento pedagógico a estudantes, pais e professores, apesar de haver uma coordenação pedagógica, esta participa parcialmente do atendimento. A

direção da escola assume para si estas funções. A direção realiza a gestão da instituição, aplicação dos recursos e reunião com os conselhos escolares.

- Documentação dos estudantes e professores: a cargo e responsabilidade da secretaria escolar. A documentação, os registros de alunos e professores, são armazenados no sistema SISGESC e na secretaria da escola fisicamente.

- Proposta de Avaliação Institucional.: não existe alguma política real, apenas as informações das quais a escola participa em avaliações nacionais. Porém os dados de informações disponibilizados pela própria escola e produzidos mês após mês, ficam de fora. Estes é que são os mais importantes para saber se a escola está no rumo certo de sua atividade.

- Participação da comunidade escolar nas instâncias deliberativas da escola: do Conselho Deliberativo Escolar e da Associação de Pais e Professores acontece democraticamente, com reuniões agendadas em calendário pré estabelecido. O Grêmio Estudantil não está ativo/participativo.

Dimensão financeira

- As alternativas de captação (PDDE, PRODENE, outros...) e aplicação dos recursos financeiros para melhorar a permanência do estudante na escola: planejamento de aquisições diversas (material didático-pedagógico, material de consumo, reparos nas instalações físicas, outros), cursos de formação dos profissionais da escola, participação em feiras, seminários, etc: A escola recebe recursos do FNDE, PDDE e PDE escola, Atleta na Escola, Acessibilidade, cartão CEPESC (Cartão de Pagamento do Estado de Santa Catarina) e subvenção social para pagamento de funcionários da APP - serventes. Os recursos são empregados em materiais e serviços, de acordo com a necessidade, mediante estabelecido em reunião e de acordo com a legislação vigente. Outra alternativa de angariar recursos são as ações promovidas pelos conselhos escolares – APP, que colabora nos projetos escolares e nos compromissos financeiros mensais.

Dimensão física

- Instalações gerais: biblioteca (espaço físico, acervo, serviços oferecidos), secretaria, salas de aula e outras, sanitários): Após reforma geral, a escola conta com 18 salas de aula; 01 biblioteca (com previsão para ser ativada neste ano), 01 sala de informática (embora não contemple profissional especializado para atendimento, dispõe além de computadores, aparelhos de data-show), 01 auditório com rampa de acessibilidade interna; 01 sala dos professores; 01 sala da direção; 01 cozinha; 04 depósitos; 07 banheiros, sendo que 03 destes são acessíveis; 01 sala de Coordenação Pedagógica; 01 quadra de esportes, 01 sala de material para educação física, 01 sala para Atendimento Educacional Especializado, 01 pátio coberto. Ainda sobre as instalações de modo geral a escola conta com projetos de incêndio e para-raios dentro das normas vigentes e acessibilidade.

- Instalações, condições materiais de laboratórios específicos: ciências, sala de tecnologias, etc.: 01 sala de informática (embora não contemple profissional especializado para atendimento, dispõe além de computadores, aparelhos de data-show), 01 auditório com rampa de acessibilidade interna e data-show instalado.

- Condições de acessibilidade para pessoa/estudante com deficiência: Após reforma, todos os ambientes apresentam acessibilidade. Exceção para as atuais salas de aula ocupadas pelos anos iniciais no andar superior.

- Áreas de convivência e infraestrutura para o desenvolvimento de atividades esportivas, de recreação e culturais: estas áreas ainda necessitam de reformas, especialmente as áreas destinadas à prática esportiva.

- Local de alimentação e de oferta de serviços: a alimentação dos educandos acontece no pátio da escola que dispõe de bancos e mesas. Os alimentos são servidos sobre uma mesa, com os educandos organizados em fila, com a distribuição de ficha de controle de consumo da alimentação.

6. METAS

Pedagógicas:

1. Reduzir a evasão escolar.
2. Melhorar o aproveitamento escolar, reduzindo automaticamente os índices de retenção.

Administrativa:

1. Manter registros de PPP, PGE e PDDE atualizados.
2. Capacitação dos profissionais no que diz respeito à legislação vigente, e ainda, corpo discente e comunidade no que for de direito.
3. Implementar o funcionamento do NEA – Núcleo de Educação Ambiental, Grêmio Estudantil e demais conselhos escolares.

Financeira:

1. Aplicar os recursos financeiros PDE, PDDE, Cartão CPESC.

Socioeconômicas:

1. Sensibilizar as famílias para que se sintam protagonistas na construção dos valores éticos, morais e familiares.

Física:

1. Tornar o espaço escolar apto para a realização das atividades pedagógicas.

7.AÇÕES

Dimensões	Ações	Objetivos específicos	Período	Público Alvo	Recurso	Responsáveis pela ação
Socioeconômica	Firmar parcerias com órgãos e profissionais da saúde, ONGs. Realizar palestras com terapeutas e psicólogos.	Sensibilizar no que diz respeito à saúde física e emocional. Valorizar o convívio social e familiar.	4 anos Bimestral	Alunos, professores, funcionários, comunidade	Parcerias	Diretor, assessores e Assistente técnico pedagógico

	<p>Acompanhar a saúde bucal</p> <p>Realizar reuniões com as lideranças educacionais e políticas da Região.</p>	<p>Zelar pela saúde</p> <p>Buscar apoio, incentivo e ações junto ao poder público e lideranças</p>	<p>Mensal</p> <p>bimestral</p>			
Pedagógica	<p>Efetivar momento cívico.</p> <p>Realizar evento esportivo.</p> <p>Realizar atividades com fins específicos de preparar os alunos para as avaliações externas (Prova Brasil e ENEM);</p> <p>Criar espaço de estudo e debate de práticas pedagógicas.</p> <p>Realizar palestras de orientação, apresentação de vídeos e textos sobre respeito, responsabilidades (inclusive para com o patrimônio) e deveres individuais e coletivos.</p>	<p>Sensibilizar para a cidadania</p> <p>Inibir a evasão.</p> <p>Preparar os educandos para testes/concursos tornando-os emocionalmente preparados, e elevar os índices nas avaliações externas.</p> <p>implementar e aperfeiçoar práticas pedagógicas reflexivas que privilegiem temas do mundo vivido pelo aluno, onde este seja o centro do processo formativo;</p> <p>Sensibilizar e conscientizar no que diz respeito ao compromisso na transformação de uma sociedade melhor, com índices menores de criminalidade, vícios (drogas ilícitas), responsabilidade com o meio</p>	<p>Quinzenal</p> <p>Bimestral</p> <p>Bimestral</p> <p>Imediato e contínuo (2017 – 2020)</p> <p>Bimestral</p> <p>Semanalmente</p>	<p>Educandos e professores</p> <p>Alunos</p> <p>Alunos</p> <p>professores</p> <p>Alunos e comunidade</p>	<p>PDDE</p> <p>Parcerias</p> <p>PDDE</p> <p>PDDE</p>	<p>Coordenação Pedagógica e direção escolar</p> <p>Professores, direção</p> <p>Professores</p> <p>Direção, coordenação pedagógica.</p> <p>Direção, coordenação pedagógica e professores.</p>
Administrativa	<p>1. Tornar público os registros de PPP, PGE e PDDE.</p> <p>2. Realizar reuniões frequentes com as entidades escolares;</p>	<p>Conscientizar a comunidade escolar da legislação vigente, o trabalho desenvolvido na instituição de ensino, e os investimentos realizados, a fim de que cada membro da comunidade se sinta corresponsável em</p>	<p>Contínuo</p> <p>Quinzenais</p>	<p>Profissionais, alunos e comunidade</p> <p>Membros dos conselhos escolares</p>		<p>Direção</p> <p>Direção</p>

	3. Implantar o grêmio estudantil e o Núcleo de Educação Ambiental;	acompanhar, cumprir e zelar.	Imediato			Direção e professores
	4. Realizar reuniões frequentes entre direção e integrantes dos setores administrativos da Unidade Escolar;	Rever e atualizar as ações efetivadas ou a cumprir; Programar as ações para firmar parceria público-privada, com universidades, organizações não governamentais e	Semanal	Direção, coordenação pedagógica		Direção, coordenação pedagógica
Financeira	Realizar reuniões frequentes com as entidades escolares;	Discutir a aplicação dos recursos	Bimestral ou extraordinária sempre que necessário	Direção e conselhos escolares		Direção
	Realizar parceria público privada para oportunizar oficinas e palestras.	Realizar palestras na área da saúde, educação, economia/trabalho, motivacional;	Anual	professores, alunos e comunidade.		Direção e coordenação pedagógica
	Aplicar os recursos dentro dos preceitos legais.	Adquirir materiais pedagógicos e realizar as manutenções necessárias	Contínuo	professores, alunos e comunidade.		Direção
Física	Implantar / implementar espaços não disponíveis	Biblioteca: ativar Espaço esportivo: disponibilizar mais espaço – aproveitando o espaço existente .	Imediato	Educando e educadores	FNDE /PDDE	Direção
	Realizar os pequenos reparos necessários	Manutenção/conservação de todo ambiente escolar	Contínuo	Professores, direção, alunos, comunidade.	PDDE/Cartão Cpsc	Direção

8. AVALIAÇÃO DO PLANO

A avaliação do plano de gestão acontecerá em momentos diversos, de acordo com o público. As metas, ações e objetivos estabelecidos ficarão à disposição da equipe pedagógica administrativa para que seja atualizada e acompanhada diariamente, realizando os registros de êxito ou a cumprir.

O plano será avaliado em reunião pedagógica e administrativa, quinzenalmente ou extraordinariamente, quando necessário. Para a equipe de professores, o plano será observado e analisado em reuniões pedagógicas ou extraordinárias.

Para alunos, pais, conselhos escolares e comunidade em geral, o plano, com os registros de atualização, será apresentado para análise e verificação nas assembleias ou nos eventos que couber.

O plano de gestão escolar ficará disponível para profissionais, alunos, pais, gerência da educação, comunidade em geral, sempre que julgarem necessário.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além de buscar embasamento na legislação vigente e na literatura e estudos sobre educação e ensino aprendizagem, este plano gestor tem sua implementação pensada diante da realidade da educação vivenciada. Pais, alunos, professores e demais profissionais da escola, bem como toda comunidade escolar terão suas vidas transformadas e perceberão as mudanças positivas na sociedade, mediante a sensibilização que gera o compromisso com a mudança.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. República Federativa do. Lei nº 9.394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <www.presidencia.gov.br>. Acesso em: 06 jan 2017.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença**. Cadernos de Pesquisa, n. 116, jpu.l h2o4/52-20602, julho/ 2002.

FERRARO, Alceu Ravello. **Direito à educação no Brasil e dívida educacional: e se o povo cobrasse?** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.34, n.2, p. 273-289, maio/ago.2008..

LEITE, Sérgio Antônio da Silva. **Afetividade nas práticas pedagógicas**. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v20n2/v20n2a06.pdf>>. Acesso em: 06 jan 2017.

OLIVEIRA, I. A. R. Sociabilidade e direito no liberalismo nascente. **Revista Lua Nova**, n. 50, p. 160, 2000, v. II.

SANTA CATARINA. **Proposta Curricular de Santa Catarina**. Florianópolis: COGEN, 1998.